



Anexo

ANEXO I DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização, nos prédios ocupados pela Justiça Eleitoral em Campo Grande e no Interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

2. A contratação dos serviços será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital deste Termo de Referência e da minuta do Contrato.

CAPÍTULO II - JUSTIFICATIVA

1. A presente contratação é motivada pela necessidade de aplicação de inseticidas nos prédios que abrigam esta Justiça Especializada, com vistas à eliminação de vetores de doenças, contribuindo para a manutenção de condições adequadas de salubridade nos ambientes funcionais da Justiça Eleitoral, e ao controle de pragas que podem ocasionar danos ao patrimônio e ao acervo documental da Justiça Eleitoral.

2. O TRE/MS não possui em seu quadro de pessoal cargos que detenham as atribuições específicas previstos no presente Termo de Referência, por não compreender atividades ligadas diretamente à atividade-fim desta Justiça Especializada.

3. A execução dos serviços ocorrerá nos prédios ocupados pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul, listados no Capítulo III.

4. Em que pese a previsão de prestação de serviços de dedetização mesmo em imóveis localizados em municípios distintos, os locais a serem dedetizados foram agrupados de modo a que seja selecionada apenas uma empresa para a prestação dos serviços, haja vista o fato dos serviços a serem prestados poderem ser considerados semelhantes, em vista de compreenderem atividades de gestão de mão de obra e de logística de materiais e equipamentos, executadas por empresas de determinado segmento de mercado, e de forma a simplificar o gerenciamento e fiscalização do contrato decorrente, bem como objetivando obtenção de proposta mais vantajosa em relação à contratação individual por área de serviço ou município de prestação, visando atender de forma mais eficiente às necessidades deste TRE/MS.

CAPÍTULO III - DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. Os locais de prestação dos serviços de dedetização (desinsetização, desratização e descupinização), áreas construídas aproximadas, respectivas quantidades de aplicações previstas e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, constam indicados nas tabelas abaixo.

Grupo 1 (itens 1 a 4) - Dedetização						
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m ²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário	Preço total	Lance Mínimo Intermediário
1	Prédio-sede do TRE/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Parque dos Poderes - Campo Grande/MS Telefone: 67 2107-7014	5.190,00	2	R\$ 1.767,00	R\$ 3.534,00	R\$ 15,00
2	Fórum Eleitoral Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180 - Parque dos Poderes - Campo Grande/MS Telefone: 67 2107-7014	3.728,10	2	R\$ 1.515,00	R\$ 3.031,26	R\$ 15,00

3	Anexo Depósito Rua Arthur Jorge, 2.755 – Monte Castelo - Campo Grande/MS Telefone: 67 3356-4746	134,03	2	R\$ 143,62	R\$287,23	R\$ 2,00
4	Almoxarifado, Depósito de Urnas e Arquivo Central Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184 - Parque dos Poderes - Campo Grande/MS Telefone: 67 2020-0278	3.664,14	2	R\$ 1.489,36	R\$ 2.978,71	R\$ 10,00
Valor Total do Grupo 01					R\$ 9.831,20	

Grupo 2 (itens 5 a 9) - Dedetização						
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário	Preço Total	Lance Mínimo Intermediário
5	Cartório Eleitoral de Costa Rica (38ª ZE) Rua José Pereira da Silva, 373 – Bairro Santos Dumont. Telefone (67) 3247-1131	340,00	2	R\$ 478,33	R\$ 956,66	R\$ 5,00
6	Cartório Eleitoral de Chapadão do Sul (48ª ZE) Avenida Mato Grosso do Sul, 395 – Bairro Parque União. Telefone (67) 3562-1162	317,85	2	R\$ 452,59	R\$ 905,18	R\$ 5,00
7	Cartório Eleitoral de Cassilândia (3ª ZE) Rua Olímpio Dias dos Santos, 454 - Vila Izanópolis Telefone (67) 3596-2105	269,70	2	R\$ 322,80	R\$ 645,60	R\$ 3,00
8	Cartório Eleitoral de Paranaíba (13ª ZE) Rua José Robalinho da Silva, 235 – Jardim Santa Mônica. Telefone (67) 3503-1086	229,17	2	R\$ 291,45	R\$ 582,91	R\$ 3,00
9	Cartório Eleitoral de Aparecida do Taboado (24ª ZE) Rua Mato Grosso do Sul, 3.881 – Bairro Jardim Brandini II. Telefone (67) 3565-1859	229,17	2	R\$ 293,45	R\$ 586,91	R\$ 3,00
Valor Total do Grupo 02					R\$ 3.677,26	

Grupo 3 (itens 10 a 13) - Dedetização						
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário	Preço Total	Lance Mínimo Intermediário
10	Cartório Eleitoral de Três Lagoas (9ª e 51ª ZE) Rua Alfredo Justino, 1.100 – Centro. Telefone (67) 3521-7761	479,25	2	R\$ 576,56	R\$ 1.153,11	R\$ 6,00
11	Cartório Eleitoral de Brasilândia (41ª ZE) Rua Bartolomeu Viana Cavalcante, 183 –	229,17	2	R\$ 293,45	R\$ 586,91	R\$ 3,00

11	Centro. Telefone (67) 3546-1500	223,11	2	R\$ 202,12	R\$ 304,24	R\$ 3,00
12	Cartório Eleitoral de Água Clara (23ª ZE) Rua Harrison Correia, 20 – Centro. Telefone (67) 3239-1507	144,00	2	R\$ 244,58	R\$ 489,16	R\$ 3,00
13	Cartório Eleitoral de Ribas do Rio Pardo (32ª ZE) Avenida Nelson Lyrio, 2.354 – Centro. Telefone (67) 3238-2498	317,85	2	R\$ 382,74	R\$ 765,47	R\$ 4,00
Valor Total do Grupo 03					R\$ 2.971,98	

Grupo 4 (itens 14 a 17) - Dedetização						
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário	Preço Total	Lance Mínimo Intermediário
14	Cartório Eleitoral de Nova Andradina (5ª ZE) Rua Walter Hubacher, 1.220 – Centro Telefone (67) 3441-4155	152,00	2	R\$ 233,18	R\$ 466,35	R\$ 3,00
15	Cartório Eleitoral de Bataguassu (6ª ZE) Rua Odorilho Ferreira, 135 – Centro. Telefone (67) 3541-1557	229,17	2	R\$ 323,87	R\$ 647,74	R\$ 3,00
16	Cartório Eleitoral de Ivinhema (27ª ZE) Rua Francisco Pieretti, 211 – Guiray. Telefone (67) 3442-1069	426,21	2	R\$ 478,72	R\$ 957,45	R\$ 5,00
17	Cartório Eleitoral de Deodápolis (39ª ZE) Avenida Genário da Costa Matos, 730 – Centro. Telefone (67) 3448-1143	110,40	2	R\$ 177,74	R\$ 355,48	R\$ 2,00
Valor Total do Grupo 04					R\$ 2.427,02	

Grupo 5 (itens 18 a 22) - Dedetização						
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário	Preço Total	Lance Mínimo Intermediário
18	Cartório Eleitoral de Dourados (18ª e 43ª ZE) Rua Montese, 435 – Bairro Jardim Londrina. Telefone (67) 3422-1656	509,00	2	R\$ 547,02	R\$ 1.094,05	R\$ 5,00
19	Cartório Eleitoral de Fátima do Sul (4ª ZE) Rua Ipiranga, 841 – Jardim Primavera. Telefone (67) 3467-1807	229,17	2	R\$ 379,86	R\$ 759,72	R\$ 4,00
	Cartório Eleitoral de Maracaju (16ª ZE)					

20	Rua Appa, 101 – Centro. Telefone (67) 3454-1720.	317,85	2	R\$ 399,05	R\$ 798,10	R\$ 4,00
21	Cartório Eleitoral de Rio Brilhante (11ª ZE) Rua Rio Brilhante – 1.114 – Bairro Vila Maria. Telefone (67) 3452-7144	317,85	2	R\$ 404,05	R\$ 808,10	R\$ 4,00
22	Cartório Eleitoral de Sidrolândia (31ª ZE) Rua Minas Gerais, 1.346 – Centro. Telefone (67) 3272-1904.	317,85	2	R\$ 389,05	R\$ 778,10	R\$ 4,00
Valor Total do Grupo 05					R\$ 4.238,07	

Grupo 6 (itens 23 a 26) - Dedetização						
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário	Preço Total	Lance Mínimo Intermediário
23	Cartório Eleitoral de Corumbá (7ª e 50ª ZEs) Rua Duque de Caxias, 45 – Bairro Nossa Senhora de Fátima. Telefone (67) 3231-7622.	479,25	2	R\$ 557,60	R\$ 1.115,21	R\$ 5,00
24	Cartório Eleitoral de Miranda (15ª ZE) Rua 7 de Setembro, 861 – Centro. Telefone (67) 3242-1105.	317,85	2	R\$ 461,21	R\$ 922,43	R\$ 5,00
25	Cartório Eleitoral de Anastácio (49ª ZE) Rua Juscelino Kubitschek, 1.495 – Centro. Telefone (67) 3245-1381	317,85	2	R\$ 498,97	R\$ 997,94	R\$ 5,00
26	Cartório Eleitoral de Aquidauana (10ª ZE) Rua Nilza Ferraz ribeiro, 400 – Bairro Cidade Nova. Telefone (67) 3241-1949	195,00	2	R\$ 358,83	R\$ 717,66	R\$ 4,00
Valor Total do Grupo 06					R\$ 3.753,24	

Grupo 7 (itens 27 a 31) – Dedetização						
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário	Preço Total	Lance Mínimo Intermediário
27	Cartório Eleitoral de Nioaque (45ª ZE) Rua Primeiro de Março, 167 – Centro. Telefone (67) 3236-1192	229,17	2	R\$ 333,44	R\$ 666,88	R\$ 3,00
28	Cartório Eleitoral de Jardim (22ª ZE) Rua Ten. Ernani Gusmão, 261 – Centro. Telefone (67) 3251-2229	229,17	2	R\$ 363,88	R\$ 727,76	R\$ 4,00

29	Cartório Eleitoral de Bonito (30ª ZE) Rua Olívio Jacques, 849 – Vila Donária. Telefone (67) 3255-2341/1400	229,17	2	R\$ 379,22	R\$ 758,43	R\$ 4,00
30	Cartório Eleitoral de Bela Vista (17ª ZE) Rua São Geraldo, 65 – Centro. Telefone (67) 3439-1842.	236,00	2	R\$ 305,38	R\$ 610,77	R\$ 3,00
31	Cartório Eleitoral de Porto Murtinho (20ª ZE) Rua Coronel Ponce, 439 – Centro. Telefone (67) 3287-1135	276,00	2	R\$ 399,02	R\$ 798,04	R\$ 4,00
Valor Total do Grupo 07					R\$ 3.561,88	

Grupo 8 (itens 32 a 37) - Dedetização						
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário	Preço Total	Lance Mínimo Intermediário
32	Cartório Eleitoral de Ponta Porã (19ª e 52ª ZE) Rua Baltazar Saldanha. 1.591 – Bairro da Saudade. Telefone (67) 3431-3864	509,00	2	R\$ 591,01	R\$ 1.182,01	R\$ 5,00
33	Cartório Eleitoral de Amambai (01ª ZE) Rua Antônio Martins Dutra, 1.521 – Centro. Telefone (67) 3481-1559	229,17	2	R\$ 329,5	R\$ 659,00	R\$ 3,00
34	Cartório Eleitoral de Eldorado (25ª ZE) Rua São Paulo, 610 – Jardim das Grevíleas. Telefone (67) 3473-1608.	487,50	2	R\$ 616,88	R\$ 1.233,75	R\$ 6,00
35	Cartório Eleitoral de Mundo Novo (33ª ZE) Rua Tupinambá, 69 – Centro. Telefone (67) 3474-2191.	199,30	2	R\$ 311,75	R\$ 623,49	R\$ 3,00
36	Cartório Eleitoral de Naviraí (02ª ZE) Avenida Iguatemi, 159 – Centro. Telefone (67) 3461-1716.	190,50	2	R\$ 299,88	R\$ 599,76	R\$ 3,00
37	Cartório Eleitoral de Caarapó (28ª ZE) Rua D. Pedro II, 212 – Centro. Telefone (67) 3453-1895	176,00	2	R\$ 250,75	R\$ 501,5	R\$ 3,00
Valor Total do Grupo 08					R\$ 4.799,51	

Grupo 9 (itens 38 a 43) - Dedetização						
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário	Preço Total	Lance Mínimo Intermediário
	Cartório Eleitoral de Bandeirantes (34ª ZE)					

38	Rua Arthur Bernardes, 4.032 – Centro. Telefone (67) 3261-1399	317,85	2	R\$ 411,99	R\$ 823,97	R\$ 4,00
39	Cartório Eleitoral de Camapuã (14ª ZE) Rua João da Mota, 461 – Bairro Vila Diamantina. Telefone (67) 3286-1399	317,85	2	R\$ 386,99	R\$ 773,97	R\$ 4,00
40	Cartório Eleitoral de São Gabriel do Oeste (40ª ZE) Rua São Paulo, 2.305 – Centro. Telefone (67) 3295-6534	317,85	2	R\$ 403,59	R\$ 807,19	R\$ 4,00
41	Cartório Eleitoral de Rio Verde de Mato Grosso (21ª ZE) Avenida Dom Pedro II, 240 – Centro. Telefone (67) 3292-1832	220,00	2	R\$ 370,08	R\$ 740,17	R\$ 4,00
42	Cartório Eleitoral de Coxim (12ª ZE) Rua General Mendes de Moraes, 86 – Bairro Jardim Aeroporto. Telefone (67) 3291-3130	317,85	2	R\$ 506,97	R\$ 1.013,94	R\$ 5,00
43	Cartório Eleitoral de Sonora (26ª ZE) Avenida da Saudade, 1.048 – Centro. Telefone (67) 3254-1611	144,05	2	R\$ 235,09	R\$ 470,18	R\$ 2,00
Valor Total do Grupo 09					R\$ 4.629,42	
Valor total					R\$ 39.889,58	

2. Para esta contratação, os 43 itens (localidades/imóveis em que serão prestados os serviços) foram reunidos em 9 grupos, tendo por base a localização geográfica, com objetivo de facilitar o gerenciamento dos contratos, de viabilizar a participação de eventuais empresas interessadas que atuem em determinadas regiões do Estado e de possibilitar a diluição de custos pertinentes à prestação dos serviços, tais como: deslocamento de equipe.

CAPÍTULO IV – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO

1. Durante a vigência do contrato estão previstas 02 (duas) aplicações completas em cada imóvel.

1.1. A Seção de Serviços Administrativos solicitará a emissão da nota de empenho relativa aos imóveis a serem dedetizados, que será encaminhada à empresa contratada.

1.1.1. Haja vista que uma das justificativas do agrupamento dos itens é a possibilidade de diluição de custos pertinentes à prestação dos serviços pela empresa contratada, a emissão de nota de empenho será feita, via de regra, compreendendo todos os locais/imóveis componentes de determinado grupo.

1.1.2. Caso o TRE/MS tenha interesse na prestação dos serviços apenas em relação a parte dos locais/imóveis componentes de determinado grupo, esse fato deverá ser comunicado previamente à empresa contratada, para que expresse sua anuência quanto à execução dos serviços nessa condição.

1.2. Recebida a Nota de Empenho, a empresa contratada deverá elaborar roteiro/cronograma de execução dos serviços, indicando os imóveis a serem dedetizados, a data e os horários de início e de término previstos para a realização da dedetização, bem como o tempo em que os imóveis deverão permanecer desocupados, após a dedetização, por questões de segurança.

1.2.1. O roteiro/cronograma deverá ser apresentado à Seção de Serviços Administrativos em até 5 (cinco) dias úteis, posteriores ao recebimento da Nota de Empenho, via correspondência eletrônica para o endereço ssa@tre-ms.jus.br.

1.2.2. A Seção de Serviços Administrativos, em até 5 (cinco) dias úteis, analisará o roteiro/cronograma apresentado, e, uma vez achado conforme, autorizará a empresa contratada a executar os serviços.

1.2.2.1. A Seção de Serviços Administrativos comunicará os responsáveis pelos imóveis a serem dedetizados, de modo que sejam adotadas as providências pertinentes à liberação dos imóveis para a realização dos serviços na data e horário agendados.

1.2.2.2. A Seção de Serviços Administrativos poderá solicitar ajustes no

roteiro/cronograma apresentado pela empresa contratada, de modo a melhor atender à necessidade do TRE/MS.

1.2.3. Para elaboração do roteiro/cronograma, a empresa contratada deverá observar:

- a) previsão de interregno mínimo de 15 (quinze) dias úteis e máximo de 20 (vinte) dias úteis, entre a data de recebimento da nota de empenho e a data de início de execução dos serviços, de modo que possam ser realizadas as medidas indicadas nas cláusulas 1.2.1 e 1.2.2 acima;
- b) conclusão dos serviços se dê em prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data prevista para início da execução;
- c) a prestação dos serviços em imóveis localizados no Interior do Estado, com exceção das cidades onde haja recadastramento biométrico, deverá ser realizada em dias úteis, de 2ª a 6ª-feira, sendo que a realização em outros dias estará condicionada à anuência do TRE/MS;
- d) a prestação dos serviços em imóveis localizados em Campo Grande será realizada, preferencialmente, aos sábados, de modo a não interromper as atividades das unidades alocadas nos imóveis;

1.2.4. Caso a empresa contratada identifique a necessidade de adequação, ou a impossibilidade de cumprimento, do roteiro/cronograma apresentado, deverá comunicar o fato imediatamente à Seção de Serviços Administrativos, com as devidas justificativas.

2. A segunda aplicação está prevista a ser realizada em 180 (cento e oitenta) dias, após a realização da primeira aplicação, observando-se, no que couber, as disposições das cláusulas 1.1 a 1.2.4 acima.

3. A prestação dos serviços objeto desta contratação deverá observar, dentre outras condições pertinentes:

- a) a dedetização deverá abranger toda a área construída, incluindo forros, sótãos e porões;
- b) a empresa contratada deverá garantir a completa imunização, controle e/ou extermínio da infestação pelo período mínimo de 6 (seis) meses a partir da data de cada aplicação;
- c) deverá ser realizada aplicação de reforço caso seja verificado, durante os 6 (seis) meses do período de garantia de prestação dos serviços, que não houve a correta erradicação de pragas (insetos, ratos e cupins), correndo as despesas por conta exclusiva da contratada;
- d) a prestação dos serviços deverá ser comprovada mediante relatório em que constem os tipos de infestações localizadas e todos os produtos utilizados, constando assinatura do responsável pela realização dos serviços;
 - d.1) O relatório deverá ser entregue ao fiscal local, imediatamente após a realização dos serviços, e, posteriormente, encaminhado por aquele à Seção de Serviços Administrativos;
- e) todas as formulações químicas utilizadas deverão possuir registro no Ministério da Saúde;
 - e.1) a empresa deverá indicar os produtos utilizados (nome comercial e genérico), ficha técnica e classificação da toxicidade e suas formas de aplicação (gel, spray ou pó);
 - e.2) os produtos deverão ser biodegradáveis, possuir baixa toxicidade, ter efeito residual de longa duração e resistência a umidade, temperatura e luz;
 - e.3) não poderá ser adicionado qualquer outro produto potencializador de sua ação original, cumprindo assim as normas de segurança;
 - e.4) deverão ser utilizadas formulações domissanitárias de uso profissional e que produzam odor menos agressivo, principalmente para a área interna dos edifícios;
- f) os raticidas em forma de grânulos devem ser utilizados em porta-isca; os em forma de blocos parafinados devem ser utilizados presos por arames para facilitar a monitoração e a utilização em forma de pó somente deve ocorrer em locais externos e de difícil acesso;
 - f.1) Todos os raticidas deverão ter registro no Ministério da Saúde e ser de exclusivo uso profissional;
 - f.2) a desratização deverá ser realizada nos principais pontos de entrada de roedores (redes pluviais e de esgoto) e locais de trânsito como caixas de passagem e tubulações, além de uma busca que deverá sempre ser realizada com o prévio conhecimento dos responsáveis pela manutenção;
- g) a remoção das tampas de esgotos deverá ser feita com cuidado para não as danificar;
- h) deverão ser realizados tratamentos específicos a base de gel contra baratas e formigas, nas copas e refeitórios, quando for detectado foco, por ocasião da execução dos serviços;
- i) deverá ser realizado tratamento contra cupins na área interna, exterminando as castas existentes;
- j) os empregados da contratada e os responsáveis pela aplicação dos produtos deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados;
- k) durante a aplicação dos produtos deverão ser cumpridas todas as normas de segurança do trabalho, em especial o uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), incluindo o fornecimento de máscara apropriada para o servidor designado para acompanhamento dos serviços, se for o caso, tendo em vista a proteção

do mesmo;

4. A execução dos serviços deverá ser concluída em conformidade com o roteiro/cronograma apresentado pela empresa contratada e autorizado pela Seção de Serviços Administrativos.

4.1. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de execução dos serviços, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para prestação dos serviços.

4.2. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se a empresa da decisão proferida.

4.3. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e caso não cumpra o prazo inicial, a contratada ficará sujeita às penalidades previstas para atraso na prestação dos serviços.

5. Os recebimentos provisório e definitivo dos serviços ficarão a cargo da Fiscalização do TRE/MS, conforme descrito a seguir.

6. O recebimento provisório dos serviços será efetuado pelo fiscal local, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) acompanhamento da execução dos serviços;

b) apresentação do relatório em que constem os tipos de infestações localizadas e todos os produtos utilizados, constando assinatura do responsável pela realização dos serviços;

6.1. O fiscal local fará a inclusão do relatório e de informação acerca da conclusão da execução dos serviços em processo administrativo eletrônico, disponível no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a ser indicado pela Seção de Serviços Administrativos.

6.1.1. A inclusão dos documentos deverá ser feita em até 2 (dois) dias úteis, contados da data de conclusão da execução dos serviços, com posterior envio do processo à Seção de Serviços Administrativos (SSA).

6.1.2. A Seção de Serviços Administrativos poderá solicitar ao fiscal local o envio da via original do relatório, e caso não o faça, o documento deverá ser arquivado na unidade de lotação do fiscal local, de acordo com as regras fixadas para o SEI.

7. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

a) informação do fiscal local quanto à conclusão da execução dos serviços;

b) apresentação do relatório em que constem os tipos de infestações localizadas e todos os produtos utilizados, constando assinatura do responsável pela realização dos serviços;

c) conformidade do documento fiscal apresentado.

7.1. Constatado que o serviço prestado atendeu ao exigido, será registrado o recebimento definitivo mediante atestado no corpo da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8. Verificada alguma falha na prestação do serviço, seja por ocasião do recebimento provisório ou do definitivo, será feito o registro formal e comunicado à empresa contratada, para que proceda à sua correção.

8.1. Na ocorrência do disposto na cláusula 8, terá continuidade a contagem do prazo de execução, a partir da data em que a empresa contratada for comunicada.

9. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar serviço cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

10. Competirá à contratada arcar com ônus do refazimento de serviço que seja considerado de baixa qualidade, e/ou cujas características se mostrem diversas das exigidas neste Termo de Referência.

CAPÍTULO V – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos à prestação dos serviços ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal, o qual será formalmente designado pela Administração.

1.1. O contato entre o TRE/MS e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

2. Para fins desta contratação, considerando a previsão de prestação de serviços em locais distintos e a inviabilidade de que apenas um servidor realize a fiscalização em todos os locais, e objetivando a correta execução das atividades de fiscalização, serão designados:

a) um fiscal central titular e um substituto, dentre servidores lotados na Seção de Serviços Administrativos da Coordenadoria de Serviços Gerais;

b) um fiscal local titular e um substituto, dentre servidores lotados nos Cartórios Eleitorais do Interior do Estado.

3. Caberá à Fiscalização:

a) requisitar a prestação dos serviços, observados os procedimentos mencionados no Capítulo IV, dentre outras condições pertinentes;

b) efetuar os recebimentos provisório e definitivo, realizando as devidas verificações;

c) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e no contrato, solicitando, se couber, a imediata correção por parte da contratada;

d) exercer, em nome do TRE/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas da contratação, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;

e) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem aplicação de penalidades previstas;

f) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

g) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

4. Ao fiscal central competirá a fiscalização local em relação aos imóveis sediados em Campo Grande: prédio sede do Tribunal, Fórum Eleitoral de Campo Grande, Almoxarifado/Depósito de Urnas e Arquivo Central; cabendo-lhe, além das atribuições indicadas na cláusula 3 deste Capítulo, a orientação aos demais fiscais locais quanto aos procedimentos que deverão realizar.

4.1. Em relação aos prédios do Almoxarifado/Depósito de Urnas e do Arquivo Central, o fiscal central poderá solicitar apoio das respectivas chefias das unidades alocadas nesses imóveis, para consecução das atividades atinentes à fiscalização.

5. O fiscal local atuará como apoio à fiscalização central, competindo-lhe as atribuições previstas nas alíneas 'b' (recebimento provisório) e 'c' em relação aos serviços executados no seu local de lotação, cabendo-lhe observar as orientações do fiscal central e repassar a este todas as informações pertinentes a essas atribuições, bem como outras relacionadas à execução do objeto desta contratação.

6. A contratada deverá fornecer os elementos necessários a regular execução dos serviços de fiscalização.

CAPÍTULO VI - DA VISITA E VISTORIA

1. Fica facultado às empresas interessadas em oferecer proposta VISITAR e VISTORIAR os locais onde serão prestados os serviços, cujo objetivo e proporcionar o conhecimento necessário à elaboração da proposta de preço.

1.1. Para a realização da vistoria, as empresas interessadas deverão agendar a visita por meio de contato telefônico com o responsável pelo imóvel, segundo os telefones indicados em cada item constante no Capítulo III deste Termo de Referência ou, no caso dos Cartórios Eleitorais, na página deste Tribunal na internet (<http://app01.tre-ms.jus.br/CartorioEleitoral/>).

1.1.1. O agendamento previsto na cláusula 1.1 deverá observar o horário de expediente da Justiça Eleitoral, de 2ª a 6ª-feira, das 12h às 18h.

1.2. Caso haja dúvidas quanto aos serviços a serem executados, a empresa deverá entrar em contato com a Seção de Serviços Administrativos, por intermédio dos telefones (67) 2107-7212 ou 2107-7014, para obter as informações necessárias para a elaboração da proposta, observado o horário mencionado na cláusula 1.1.1 acima.

2. Considerando que a visita e a vistoria são faculdades da empresa interessada, não será fornecido pelo TRE/MS comprovante de sua realização.

3. A participação na licitação a ser realizada para a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência implica na aceitação das condições aqui fixadas e na admissão pela empresa proponente de que os elementos fornecidos pelo TRE/MS foram suficientes para o correto dimensionamento dos serviços a serem prestados, bem como para o levantamento dos materiais e equipamentos necessários para a prestação dos serviços.

CAPÍTULO VII – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida por localidade (município) e conter a indicação do serviço, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF no 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidas na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue pela empresa contratada à Seção de Serviços Administrativos, após a conclusão da execução dos serviços.

CAPÍTULO VIII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta corrente informada na proposta da contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização, e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da regularidade fiscal (INSS/FGTS).

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas serão elaboradas pela Seção de Contratos.

CAPÍTULO X – DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XI – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Realizar a prestação dos serviços decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação dos serviços, sendo de inteira responsabilidade da contratada a contratação de funcionários necessários a perfeita execução dos serviços.
4. O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
5. Receber os valores que lhe forem devidos pelos serviços prestados, na forma disposta neste Termo de Referência.

Campo Grande/MS, 29 de julho de 2020.

SEÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS / COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS / TRE/MS



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA, Técnico Judiciário**, em 25/08/2020, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 25/08/2020, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0877481** e o código CRC **6FCFAFE9**.